

Mais pessimistas, Brasil e EUA esticam escaladas de juros

BC eleva juros para 12,75% ao ano e indica que ciclo de alta vai continuar

Copom sugere novo aumento em junho, em ritmo menor; patamar da Selic é o mais alto em cinco anos

Nathalia Garcia

BRASÍLIA O Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central elevou nesta quarta (4) a taxa básica de juros (Selic) novamente em um ponto percentual, passando de 11,75% para 12,75% ao ano, confirmando as expectativas do mercado. O colegiado também indicou que o ciclo de aperto monetário deve continuar "avancando significativamente em território ainda mais contracionista".

Sobre seus próximos passos, o BC antecipou que prevê uma nova alta, de menor magnitude, no encontro de junho.

Com a alta, a Selic atingiu agora o maior patamar desde 22 de fevereiro de 2017, quando a taxa de juros estava em 13% ao ano, ainda no governo de Michel Temer (MDB). Foi a décima elevação consecutiva da Selic, que acumula alta de 10,75% desde março de 2021, o que faz desse ciclo de aperto o mais forte desde a criação do sistema de metas para inflação, em 1999, quando a taxa foi de 25% para 4,5% ao ano. "O Comitê nota que a elevação da incerteza da atual conjuntura, além do estágio avançado do ciclo de ajuste e seus impactos ainda por serem observados, demanda cautela adicional em sua atuação", disse no comunicado da decisão.

"O Comitê entende que essa decisão reflete a incerteza ao redor de seus cenários e um balanço de riscos com variância ainda maior do que a usual para a inflação prospectiva e é compatível com a convergência da inflação para as metas ao longo do horizonte relevante, que inclui o ano-calendário de 2022", disse.

A decisão do Copom veio em linha com a projeção unânime do mercado. Levanta-

mento feito pela Bloomberg mostrou que todos os analistas consultados esperavam alta de um ponto na tentativa de frear a inflação.

Desde o encontro anterior do colegiado, em março, houve uma significativa piora no ambiente inflacionário global com os choques nos preços dos combustíveis e dos alimentos decorrentes da Guerra na Ucrânia.

Os temores de novas medidas restritivas na China devido ao avanço da Covid-19 e do potencial impacto nas cadeias produtivas globais também entraram no radar, bem como o aumento dos juros pelo Fed (Federal Reserve, o banco central dos EUA) e a recente disparada do dólar, que voltou a operar acima de R\$ 5.

País volta a liderar ranking de taxas reais

O Brasil é o país com a maior taxa de juros ao ano, descontada a projeção de inflação, segundo o ranking mundial de juros reais compilado pelo portal MoneyYou e pela gestora Infinity Asset Management. A lista tem 40 países. Até fevereiro, o país estava no topo do ranking, mas foi ultrapassado pela Rússia em março, após o forte aumento de juros no país em meio à Guerra da Ucrânia. Como o banco central russo cortou a taxa de 20% para 14% ao ano, o Brasil voltou ao topo. Para chegar aos juros reais de 6,69% ao ano, é considerada a taxa do depósito interbancário (DI) de um ano, vencimento em maio de 2023, e a inflação projetada para os próximos 12 meses (5,91%) na pesquisa Focus do BC.

No ambiente externo, na avaliação do BC, o cenário seguiu se deteriorando. Na análise, pontuou que as pressões inflacionárias decorrentes da pandemia se intensificaram com problemas de oferta advindos da onda de Covid na China e da Guerra da Ucrânia. "A reprecificação da política monetária nos países avançados eleva a incerteza e gera volatilidade adicional, particularmente nos países emergentes".

O colegiado disse também que a inflação ao consumidor seguiu surpreendendo negativamente tanto nos componentes mais voláteis como nos itens associados à inflação subjacente.

"As diversas medidas de inflação subjacente apresentam-se acima do intervalo compatível com o cumprimento da meta para a inflação".

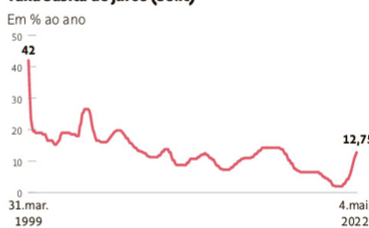
Em março, o IPCA subiu 1,62% e chegou a 11,30% em 12 meses. Na semana passada, o IBGE informou que o IPCA-15 subiu 1,73% em abril — a maior variação para o mês em 27 anos — e alcançou 12,03%.

Internamente, o BC também passou por um período turbulento, com a mobilização dos servidores por reajuste salarial e reestruturação de carreira. A primeira etapa da greve, que durou de 1º a 19 de abril, provocou uma série de atrasos na rotina da autoridade monetária, especialmente na divulgação de indicadores financeiros, como o boletim Focus.

Mas a suspensão da greve por duas semanas, antes da retomada na terça (3), permitiu ao mercado tomar conhecimento da evolução das expectativas antes da reunião do Copom.

Segundo a pesquisa Focus divulgada na segunda-feira (2), a mediana das projeções

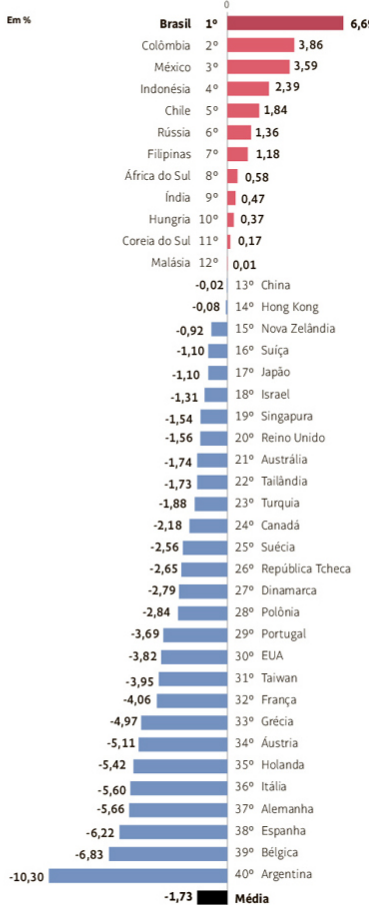
Taxa básica de juros (Selic)



Fontes: Bloomberg e Banco Central

Brasil tem maior juro real entre 40 economias

Taxas de juros atuais, descontada a inflação projetada para os próximos 12 meses



Fontes: MoneyYou e Infinity Asset Management

dos economistas para o IPCA subiu de 7,65% para 7,89% em 2022. Para 2023, a estimativa também aumentou, passando de 4% para 4,10%.

A expectativa do mercado coloca a inflação cada vez mais distante do objetivo perseguido pelo BC, que é de 3,50% para este ano e 3,25% para o próximo, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

Se as projeções para 2022 se confirmarem, será o segundo ano de estouro consecutivo da meta, que é estabelecida pelo CMN (Conselho Monetário Nacional). Em 2021, o IPCA somou 10,06%.

No cenário de referência do Copom, as projeções de inflação situam-se em 7,3% para 2022 e 3,4% para 2023. Já as projeções para a inflação de preços administrados são de 6,4% para este ano e 5,7% para o próximo.

Na análise, o BC optou por manter a premissa de que o preço do petróleo segue aproximadamente a curva futura de mercado até o fim deste ano, terminando 2022 em US\$ 100/barril e passando a aumentar 2% ao ano a partir de janeiro de 2023.

"O Comitê julga que a incerteza em torno das suas premissas e projeções atualmente é maior do que o usual", afirmou. Na avaliação do BC, permanecem fatores de risco para a inflação em ambas as direções.

Entre os riscos de alta, destacou "uma maior persistência das pressões inflacionárias globais e a incerteza sobre o futuro do arcabouço fiscal do país, parcialmente incorporadas nas expectativas de inflação e nos preços de ativos". Já entre os riscos de baixa, ressaltou "uma possível reversão, ainda que parcial, do aumento nos preços das commodities internacionais em moeda local, uma desaceleração da atividade econômica mais acentuada do que a projetada".

Rafaela Vitória, economista-chefe do Inter, diz que o BC ajustou sua comunicação, antecipando provável extensão do ciclo com uma alta em junho, em linha com a expectativa majoritária de mercado. "Apesar de acharmos que poderia encerrar o ciclo neste momento, uma provável alta de 0,5 ponto percentual em junho tem impacto residual, uma vez que a taxa já está em território bastante contracionista." Segundo ela, o comunicado do BC trouxe mais cautela, além da consideração de que ainda há muita incerteza no cenário. "A preocupação principal ainda é com as surpresas inflacionárias recentes e como tem afetado as expectativas, que ainda não estão ancoradas, pelo menos não para 2023", disse.

"O comunicado ainda cita o risco fiscal, apesar dos recentes superávits, mas vale o alerta para as discussões políticas atuais que poderiam alterar essa trajetória no próximo ano, como renúncias fiscais e novos gastos", continuou. **Leia mais nas pgs. A18 e A19 e na coluna de Vinícius Torres Freire, na pág. A20**



Servidores do BC durante manifestação em frente da sede da autoridade monetária durante o Copom; em greve, categoria quer reajuste e reestruturação da carreira. Pedro Ladeira/Folhapress

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado Caderno: A Pagina: 17